

Editorial

<http://dx.doi.org/10.14718/revfinanzpolitecon.2014.6.2.1>

Joan Miguel Tejedor Estupiñán*

A importância da relação entre teoria econômica e política econômica ontem e hoje

A dezenove anos de iniciada a Primeira Guerra Mundial²² e apenas uns anos depois da grande depressão,²³ o professor Sutton (1937) escreve de Oxford para *The Economic Journal* um artigo intitulado "The Relation Between Economic Theory and Economic Policy", no qual faz uma contundente crítica aos postulados propostos pelo professor Robbins, que propõe quatro princípios básicos de toda teoria.²⁴

Sutton (1937) começa sua crítica descrevendo que esses princípios estão a favor da livre concorrência, a qual deve ser promovida pelos Governos, os quais devem evitar pôr restrições à liberdade de escolha a fim de que esta possa oferecer grandes possibilidades para que os indivíduos aumentem sua satisfação subjetiva. O debate entre os professores Sutton e Robbins se centra em que a satisfação individual não se obtém da comparação de alternativas de consumo, mas sim que a maior satisfação é a possibilidade de escolher entre o maior número de alternativas. Sutton (1937) argumenta que as proposições de Robbins, em última instância, mostram a essência da política *laissez-faire* e alega sobre

* Mestre em Direitos Humanos e economista. Editor da *Revista Finanzas y Política Económica*, da Universidade Católica da Colômbia. Correio eletrônico: jmtejedor@ucatolica.edu.co. Endereço postal: Faculdade de Economia, Universidade Católica da Colômbia, Cr. 13 # 47-49 (Bogotá D. C., Colômbia).

21 Cujo detonante foi o atentado de Sarajevo (capital da Província imperial de Bósnia e Herzegovina), de 28 de junho de 1914, onde o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, herdeiro da coroa do império austro-húngaro, e sua esposa, a condessa Sofia Chotek, foram assassinados por Gavrilo Princip em meio de uma conspiração apoiada por militares sérvios; cuja ideologia, mais tarde, consolidou o movimento separatista conhecido como *Jovem Bósnia*. Esse acontecimento em seu momento denominado pelos Estados Unidos a Guerra Europeia, ou pelos europeus como a Grande Guerra, mas que comumente conhecemos como a Primeira Guerra Mundial, reorganiza a nova ordem hierárquica das nações no século XX.

22 24 de outubro de 1929, com a queda dos valores bolsistas, marca-se o início da grande depressão. Desde esse momento, foi a especulação o que manteve em alta os mercados bolsistas. Num princípio, a Reserva Federal agiu corretamente injetando dinheiro na economia, mas pouco depois, devido às tensões entre Nova York e o Conselho, este último saiu com a sua e não manteve a política monetária que estava aplicando, o que se constituiu na principal causa para que se chegasse à grande depressão. É somente até o outono de 1930, quando a crise chega a seu ponto mais crítico, quando o Banco dos Estados Unidos, sendo solvente, não podia responder às exigências de liquidez que demandavam seus clientes.

23 "1. Every man at all times aims, by choosing between alternative courses of action, to get the highest possible subjective satisfaction out of his own scarce resources; 2. Objectively, the only way in which the subjective satisfaction to a man of each item of his consumption can be measured is by his outward behaviors, viz. by the visible efforts and sacrifices he will make in order to get it; 3. If through free agreement two persons make a certain transaction at certain price, this transaction rather than any other will maximise the subjective satisfaction of them both, relatively to their existing scarce resources (for otherwise they would not both have agreed to it). 4. If, through free agreement, every scarce good is allotted to him whose effective demand for it is greatest, the sum of subjective satisfaction achieved in the society will always be as large as possible" (Sutton, 1937, pp. 45-46).

a falta de veracidade da proposição um; afirma que um homem pode ter muitas alternativas para mudar seu apartamento, mas pode acontecer que não tenha as condições para fazer isso, o que, em vez de aumentar sua satisfação, a diminui. Nesse sentido, faz uma forte crítica aos economistas que, como Robbins, argumentavam que a soma de cada satisfação pessoal —fruto da concorrência— nunca diminui a satisfação da sociedade em seu conjunto, mas sim que a soma de satisfações expressa a máxima satisfação total da sociedade.

Sutton (1937) explica que o propósito de seu debate é apresentar como os economistas, a partir da livre concorrência, argumentam suas generalizações ante o comportamento dos preços, pois eles afirmam que a livre concorrência é, de alguma maneira, melhor que as restrições monopolistas, que usam os mesmos argumentos falazes sobre a “satisfação total da sociedade”, que sempre foram criticados pelas doutrinas do “bem-estar econômico”, as quais argumentavam que uma “política de bem-estar” ia contra a livre concorrência e vice-versa. Nesse sentido, Sutton destaca três processos históricos para serem considerados. Primeiro, que o que hoje chamamos economia é o produto da era liberal-democrática que floresceu nas nações da Inglaterra, França e Estados Unidos, inspiradas nas ideias fisiocráticas de igualdade que levaram à Revolução Francesa. Segundo, que o postulado de que cada homem busca seu máximo de utilidade subjetiva possível é argumentado pelos economistas desde o *laissez-faire*. Terceiro, que, durante as primeiras décadas do século XX, enquanto parecia que esses postulados não se ajustavam à realidade, os economistas inspirados por John Maynard Keynes recorreram à intervenção do Governo a fim de estabilizar o grau de igualdade e satisfação, e assim atingir o objetivo de alcançar um verdadeiro bem-estar econômico ou *welfare-economics*.

Finalmente, Sutton (1937), a respeito das proposições de Robbins, expõe sua posição: 1) que os indivíduos nunca procuram um máximo de utilidade individual subjetiva ou um máximo de utilidade social subjetiva, no sentido de que a cada um só importa seu próprio bem-estar e de ninguém mais; 2) que os indivíduos muitas vezes sacrificam suas vantagens presentes pelas vantagens duradouras que esperam de sua profissão; 3) que a conquista dos desejos de uns implica a restrição em algum modo da liberdade de outros,²⁵ e 4) que o desejo da maioria de indivíduos de ter estabilidade e segurança supera seu desejo de ter a maior liberdade de escolha possível, numa concorrência interminável, na qual ninguém atinge uma posição permanente de superioridade, não é o desejo da maioria dos homens; razão pela qual historicamente os Estados têm criado instituições e corporações para enfrentar esses problemas.²⁶

Anos mais tarde, enquanto começava a ser consolidada a nova ordem global depois da Segunda Guerra Mundial, o professor Henry W. Spiegel (1945) chamava a atenção, na nascente escola de pensadores econômicos da Austrália, na qual se destacavam A. G. B. Fisher, J. B. Condliffe e o doutor Walker;

24 Sutton (1937) argumentava sua preocupação porque, nesse momento, a realidade mostrava que os monopólios eram criados com a intenção deliberada de limitar o alcance e a liberdade das escolhas possíveis ainda sendo distribuídos os fatores de acordo com o princípio da demanda efetiva.

25 Na era liberal-democrática, a mobilidade de fatores era o objetivo principal da política governamental, o que motivou a criação de monopólios, baseados na propriedade e na livre associação. Dessa maneira, a sociedade se encaminhou a garantir a máxima segurança aos produtores sobre a base de poderosos monopólios, incluindo os monopólios sindicais de trabalhadores, o que beneficiaria aos que estiveram dispostos a obter a máxima liberdade de escolha de consumo e mobilidade de trabalhadores.

assim é como em seu *paper*, publicado no *The Journal of Business of the University of Chicago*, intitulado “Economic Theory and Economic Policy”, destaca as contribuições do doutor Walker e sua preocupação por superar o abismo entre a teoria e a política, a qual se evidenciava por aqueles dias. Embora sua obra se relacione com a economia institucional, vai muito mais além; destaca que os caprichos da teoria pura devem buscar o desejo de enfrentar os problemas da realidade para que, dessa forma, a ciência econômica seja útil para legisladores e administradores.²⁷

Nesse sentido, o argumento principal do doutor Walker era que a teoria econômica desse momento não se ajustava às realidades econômicas, pois considerava que a teoria econômica devia ser um instrumento para o estudo de problemas concretos sobre a base de postulados realistas e não de abstrações de elementos familiares do mundo. Dessa maneira, critica aqueles economistas que, conhecendo que os postulados das teorias com as quais eles desenham políticas não são criados sobre problemas reais, ajustam-nos para que, dessa forma, possam parecer reais. Segundo Spiegel (1945), o doutor Walker critica a forma como as técnicas da análise econômica da época se centravam em expressar a realidade em termos de fórmulas de grande complexidade; as quais, ao abranger mais dos fatores relevantes (causa dessa complexidade), não podem muitas vezes serem aplicadas à solução de problemas concretos.

Finalmente, Spiegel explica que o doutor Walker quis reviver o debate do bem-estar sobre a base de diferenciar os supostos relacionados com aumentar o ingresso nacional e os concernentes a sua distribuição, e que, dessa maneira, propôs uma pesquisa sistemática da relação entre a igualdade e o bem-estar enfatizando num mínimo padrão de bem-estar econômico,²⁸ o qual, combinado com as políticas pertinentes, deveria melhorar as condições dos trabalhadores.

Passada a metade do século XX, um novo movimento de economistas surge para validar a relação entre teoria econômica e política econômica, gerando pesquisas enfocadas em resolver o problema nascente da teoria da regulação econômica;²⁹ nesse contexto, encontramos Richard A. Posner (1974), que escreve um *paper* intitulado *Theories of Economic Regulation*, no qual expõe as duas teorias principais da regulação econômica: a primeira, a teoria do “interesse público”, legada pela anterior geração de economistas, sustenta que a regulação nasce como resposta às demandas sociais de corrigir as práticas injustas de mercado; e a segunda, a teoria da “captura”, produto de uma mistura de liberais partidários do Estado de bem-estar, marxistas e economistas do livre mercado, sustenta que a regulação nasce em resposta às demandas dos grupos de interesse que lutam entre si para maximizar os ingressos de seus membros.

O professor Posner (1974) expõe uma série de críticas, tanto sobre a teoria do interesse público quanto da teoria econômica mais recente, a qual concebe a regulação como um serviço fornecido aos

26 Segundo Spiegel (1945), o doutor Walker critica fortemente a metodologia da escola institucionalista por considerar que há distorções entre sua forma de perceber a relação teoria-análise na hora de fazer seus trabalhos.

27 Ideias que mais adiante permitiriam o surgimento de indicadores para medir o bem-estar relativo da população como a linha de pobreza (LP) e o índice de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), entre muitos outros desenvolvidos até a atualidade.

28 Ver mais em Stigler (1971).

grupos de interesse políticos eficazes, e chama a atenção em que as teorias econômicas não tinham podido até o momento gerar hipóteses suficientemente precisas para serem verificadas empiricamente. Finalmente, Posner espera que, com o tempo, a teoria econômica assuma o suposto de que a conduta humana é a resposta de seres egoístas racionais ante seu ambiente, a qual deve ter uma ampla aplicação no processo político.

Na atualidade, ao comemorar cem anos de iniciada a Primeira Guerra Mundial, os debates enfocados em resolver os vazios latentes da relação teoria econômica e política econômica são mais vigentes que nunca. A realidade da atual etapa de globalização, desde sua dimensão econômica,³⁰ revela que esses vazios podem estar sustentados por fenômenos como a corrupção, a falta de governança, a desigualdade, a guerra e a cobiça de uns poucos grandes empresários, os que querem acumular toda a riqueza do mundo. Nesse sentido, hoje mais que nunca o debate sobre o papel do Estado na regulação econômica, assim como os debates sobre o bem-estar e o desenvolvimento sustentável são de vital importância; portanto, é uma prioridade para os cientistas econômicos formular teorias com postulados realistas que ajudem a superar definitivamente os problemas do desenvolvimento e as desigualdades de riqueza entre as nações, as quais hoje, depois de cem anos de iniciada a Primeira Guerra Mundial, não parecem resolver-se e, pelo contrário, apresentam-se mais preocupantes que nunca. Por isso, é necessário lembrar Kalmanovitz quando afirma que:

Ante as novas orientações que pretendem conduzir a história por diversos e incertos caminhos, a melhor coisa que os economistas e administradores interessados podem fazer é oferecer alternativas, reafirmar a importância dos temas sociais, fazer uso de modelos adequados e de dados verídicos, continuar com a busca da objetividade e do rigor; enfim, elaborar trabalhos que demonstrem sua utilidade para entender melhor o presente. E vencer também a tendência inconveniente que compartilhem muitos economistas, a qual consiste numa falta de interesse por se fazer entender de um público mais amplo e mergulhar numa linguagem complexa de comunidade fechada. (2010, p. 18)

De minha parte, só acrescentaria que, além de entender o presente, é dever dos economistas transformá-lo. Continuando com essa linha de ideias, a equipe editorial da *Revista Finanzas y Política Económica* apresenta esta nova edição, cujo conteúdo expressa a ânsia dos atuais pesquisadores das ciências econômicas por resolver os dilemas mais importantes entre a teoria e a política econômica com vistas ao livre mercado, à regulação estatal, ao bem-estar, ao desenvolvimento e ao respeito dos direitos humanos.

A primeira parte desta edição da *Revista Finanzas y Política Económica* contém quatro artigos de pesquisa. Inicialmente encontramos o trabalho de Pablo Herrera e Javier García Fronti, da Universidade de Buenos Aires, intitulado “Impacto do crédito governamental no sistema financeiro”, no qual explicam como a crise financeira de 2008 pôs os temas relacionados com a estabilidade do sistema financeiro e

29 Segundo Benczes, a globalização é um processo multidimensional que abrange campos tanto políticos quanto técnicos e culturais, mas que, sob sua perspectiva econômica, se caracteriza por: (a) a globalização do comércio entre bens e serviços; (2) a globalização dos mercados financeiros e de capital; (3) a globalização da tecnologia e as comunicações, e (4) a globalização da produção (2014, p. 134).

a necessidade de entender sua regulação no debate atual. Os autores propõem um modelo teórico de três agentes para demonstrar que a entrega de subsídios governamentais é mais efetiva se for realizada por meio de um intermediário financeiro, o que provoca um maior aprofundamento financeiro.

Em seguida, encontramos o trabalho de Santiago Chelala e Victoria Giarrizzo, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, intitulado “Evasão de impostos na Argentina: uma análise experimental da eficiência de prêmios e castigos ao contribuinte”, no qual apresentam um experimento controlado que tem como objetivo analisar a conduta dos contribuintes para determinar em que casos os prêmios ou os castigos promovem o pagamento de impostos. Eles concluem que alguns incentivos a pagamento de impostos podem ser mais eficientes que as sanções e expõem algumas consequências para a política tributária.

Logo encontramos o trabalho de Alberto José Figueras, Daniela Cristina, Valeria Blanco, Iván Iturralde e Marcelo Capello, da Universidade Nacional de Córdoba, intitulado “Uma contribuição ao debate sobre a convergência na Argentina: a importância das mudanças estruturais”, no qual propõem uma análise de beta-e-sigma-convergência das províncias argentinas para o período 1970-2007, com variáveis que aproximam capital humano, economias de escala, investimento e política fiscal. Os autores fazem uma tentativa de isolar o efeito de choques sobre o crescimento econômico de províncias com diferentes estruturas produtivas para analisar suas consequências sobre a convergência/divergência regional na Argentina.

E, para fechar esta primeira parte, encontramos Alejandro Sáez Martín, Arturo Haro de Rosario e María del Carmen Caba Pérez, da Universidade de Almería, com o artigo “Rumo a uma informação corporativa integrada: evidências na indústria de produtos do cuidado da saúde”, no qual fazem uma análise dos relatórios integrados das empresas da indústria de produtos do cuidado da saúde e comparam-nos por meio do marco conceptual internacional de informação integrada (MCIII). Os autores contribuem com evidências sobre o *gap* existente entre o conteúdo a incluir, segundo o MCIII, e o que os elaboradores dos atuais relatórios integrados na indústria de produtos do cuidado da saúde entendem como tal.

A segunda parte da Revista tem quatro artigos de reflexão. Em primeiro lugar, encontramos Jhon Alexander Méndez Sayago e Hugo Alfonso Hernández Escolar, da Universidade do Valle e da Fundação Universitária Los Libertadores, com o artigo “Relação de longo prazo e análise de causalidade e sensibilidade entre os salários reais e a produtividade laboral no setor manufatureiro a partir de cifras dos estados na Colômbia”, no qual se identifica a relação entre os salários e a produtividade por meio de provas de raiz unitária e cointegração e um modelo de vetores autorregressivos (VAR). Os autores mostram as séries de produtividade e salários de 24 estados da Colômbia, calculadas a partir da informação da enquete anual manufatureira, e concluem que na Colômbia existe um conflito na distribuição da riqueza porque as mudanças na produtividade não se refletem em aumento dos salários reais dos trabalhadores.

Posteriormente, encontramos Mariluz Nova Laverde, da Universidade de La Salle, com o trabalho intitulado “Análise econômico-política da balança de pagamentos da Colômbia (1994-2013)”, no

qual mostra as recentes dinâmicas registradas na balança de pagamentos da Colômbia com relação à consolidação de um modelo econômico de enclave, apoiado em processos de produção extrativa, financeirização, transnacionalização e desnacionalização da economia; chama-se especialmente a atenção para a necessidade de orientar a política macroeconômica em função de um desenvolvimento nacional sustentável.

Logo, Edwin Cruz Rodríguez, da Universidade Nacional da Colômbia, apresenta o trabalho intitulado “Prolegômenos ao viver bem-bom viver: uma avaliação normativa e prática”, no qual examina o conceito de *viver bem-bom viver*, ponderando suas contribuições e limitações; mostra como essa cosmovisão, mais além do paradigma do desenvolvimento, aposta por uma concepção da pobreza e da riqueza que não se limita à acumulação de bens materiais e uma economia consciente de seus efeitos sobre a natureza e a satisfação de necessidades; além disso, chama a atenção para a necessidade da descolonização dos saberes.

Finalmente, encontramos o trabalho de Marco Antonio Merchand Rojas, da Universidade de Guadalajara, intitulado “É o México um Estado reproductor de desigualdades regionais?”, no qual analisa como o Estado mexicano em lugar de ter diminuído graus de desigualdade, estes têm sido promovidos e fomentados para gerar um desenvolvimento regional mais desequilibrado e desarticulado em função unicamente dos interesses setoriais predominantes; o professor Merchand explica como o Estado mexicano nestes últimos trinta anos se mostrou só como instância reguladora e promotora de um crescimento econômico excludente, a favor do capital e contra o trabalho; chama a atenção para a capacidade do Estado para sustentar ou garantir as condições mínimas (econômicas e sociais) e, assim, aumentar a produtividade e o bem-estar.

REFERÊNCIAS

- Benczes, I. (2014). The globalization of economic relations. *The Sage Handbook of Globalization*, 1, 133-142.
- Kalmanovitz, S. (2010). *La nueva historia económica de Colombia*. Bogotá: Editorial Taurus.
- Posner, R. A. (1974). Theories of economic regulation. *Bell Journal of Economics*, 5(2), 335-358.
- Spiegel, H. (1945). Economic theory and economic policy. *The Journal of Business of the University of Chicago*, 18(1), 56-59.
- Stigler, G. J. (Spring, 1971). The theory of economic regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 2(1), 3-21.
- Sutton C. (1937). The relation between economic theory and economic policy. *The Economic Journal*, 47(185), 44-52.